

## NOTA PÚBLICA

### PREÇOS E IMPOSTOS DE PRODUTOS DE TABACO E COMBATE AO COMÉRCIO ILÍCITO

A ACT Promoção da Saúde tomou conhecimento de entrevista<sup>1</sup> concedida pelo novo superintendente da Polícia Federal, Luciano Flores de Lima, em 5 de fevereiro ao portal G1, a quem cumprimentamos pela nova posição assumida.

Concordamos que o problema do contrabando de cigarros é grave e deve ser combatido. Neste sentido, é importante que o tema seja mencionado e que ações efetivas sejam tomadas, para coibir esta prática.

Em 2018, o Brasil ratificou o Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito de Tabaco, instrumento legal que prevê a implementação de medidas que envolvem iniciativas em âmbito nacional, esforços diplomáticos entre países fronteiriços, ações coordenadas de inteligência e fiscalização, bem como outras iniciativas que visam reduzir o comércio ilícito de produtos de tabaco. O Paraguai, também no ano passado, por meio de autoridades sanitárias do país, manifestou intenção de atuar mais ativamente em controle do tabaco e no combate ao contrabando de cigarros, o que indica uma oportunidade para o Brasil e toda a região.

Entretanto, discordamos firmemente da proposta mencionada na entrevista de reduzir o preço mínimo dos cigarros no Brasil, já muito baixo frente ao mercado mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço médio do maço de cigarros custa cerca de US\$ 10, e na Austrália este valor chega a US\$ 20.

Para a comunidade de controle do tabagismo, há evidência de que baixar o preço de cigarros não auxilia no combate ao mercado ilícito, haja visto a experiência adotada no Brasil nos anos 90<sup>2</sup>, e também há evidência econômica mostrando que facilita o acesso e aumenta o consumo de cigarros. O resultado é o aumento do tabagismo entre populações mais vulneráveis, como jovens e pessoas de baixa renda.

Estudos nacionais e internacionais, e a própria experiência brasileira, mostram que o aumento de preços e impostos é considerado a medida mais eficaz para desestímulo e redução de consumo de cigarros, sendo recomendado no artigo 6 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado ratificado por 181 países, inclusive pelo Brasil.

Tivemos um aumento progressivo de impostos entre 2011 e 2016, que resultou em uma queda significativa da prevalência de fumantes, passando de 14,8% em 2011, para 10,1%, em 2017, segundo a Pesquisa Vigitel/Ministério da Saúde. Porém ainda não foi estabelecida uma política fiscal escalonada para os anos subsequentes, o que esperamos que aconteça em breve.

O custo do tabagismo atinge R\$ 56,9 bilhões por ano no país<sup>3</sup>, chegando perto de 1% do PIB anual. Este custo é quase quatro vezes superior ao que se arrecada com os tributos sobre

---

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/02/05/novo-superintendente-da-pf-diz-que-lava-jato-esta-longe-do-fim-e-sugere-plano-para-acabar-com-contrabando-de-cigarros.ghtml>

<sup>2</sup> [http://www.actbr.org.br/uploads/arquivos/fact\\_cigarros\\_paraguai.pdf](http://www.actbr.org.br/uploads/arquivos/fact_cigarros_paraguai.pdf)

<sup>3</sup> Pinto M, Bardach A, Palacios A, Biz AN, Alcaraz A, Rodríguez B, Augustovski F, Pichon-Riviere A. Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos. Documento técnico IECS N° 21. Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, Buenos Aires, Argentina. Maio de 2017. Disponível em: <[www.iecs.org.ar/tabaco](http://www.iecs.org.ar/tabaco)>.

produtos de tabaco. Neste sentido, adotar novas políticas fiscais de aumento de impostos federais e estaduais incidentes sobre tabaco trará benefícios sanitários e econômicos.

Frente às evidências, esperamos que as autoridades das áreas econômica e fiscal trabalhem no sentido de aumentar os preços e tributos de todas as classes de cigarros, e não por sua redução. Ao mesmo tempo que convocamos as autoridades da área de segurança pública para acelerar a implementação do protocolo para eliminação do comércio ilegal de cigarros no país.

Só assim agiremos com coerência aliando medidas econômicas, sanitárias e policiais em prol da população brasileira.

ACT Promoção da Saúde